

DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA POTIGUARA

Estudo Técnico Preliminar 24/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 25058.000434/2025-31

2. Descrição da necessidade

A Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) é a área do Ministério da Saúde criada para coordenar e executar o processo de gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena em todo Território Nacional. Tem como missão principal a implementação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, observando as práticas de saúde e a prática de medicinas tradicionais, em consonância com o controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais

O Distrito Sanitário Especial Indígena Potiguara (DSEI Potiguara), unidade integrante da SESAI, é responsável por coordenar, executar e monitorar as ações de atenção básica à saúde voltadas às populações indígenas das etnias Potiguara nos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Atualmente, possui a Sede Administrativa instalada em imóvel alugado, localizado na Avenida Eptácio Pessoa, nº 2953, bairro Brisamar, em João Pessoa/PB.

Além da Sede Administrativa, o DSEI Potiguara, na Paraíba, conta com uma estrutura composta por 5 (cinco) Polos Base de Saúde Indígena e 20 (vinte) Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBS), as quais concentram os atendimentos de saúde diretamente às comunidades. A Sede Administrativa, por sua vez, abriga as atividades gerenciais, logísticas e operacionais intermediárias, essenciais para o pleno funcionamento dos serviços finalísticos, assegurando o suporte físico, técnico e estratégico às equipes de saúde que atuam nas aldeias.

Com o crescimento expressivo do quadro de colaboradores do DSEI Potiguara e a ampliação das atribuições institucionais, foram identificadas diversas limitações no imóvel atualmente ocupado, tais como a insuficiência dos espaços de trabalho e sanitários, inadequação das instalações elétricas e lógicas e ocorrência frequente de problemas estruturais, como vazamentos e quedas de energia. Tais condições, além de impactarem negativamente o ambiente de trabalho, têm gerado aumento nos custos operacionais, sobretudo com o consumo de água e energia elétrica, tornando insustentável a permanência no local.

Cabe destacar que o valor anual do contrato de aluguel da sede atual é de R\$ 244.800,00 (duzentos e quarenta e quatro mil e oitocentos reais), montante considerável no orçamento do órgão, o que reforça a necessidade de avaliação de alternativas mais vantajosas para a Administração Pública.

Considerando os princípios da economicidade, da eficiência administrativa e da racionalização de recursos públicos, o DSEI Potiguara, com base na Portaria Conjunta SEGES/SPU nº 38/2020, que orienta para o uso compartilhado de imóveis públicos, realizou levantamento junto a outros órgãos da Administração Pública Federal, com o objetivo de identificar imóvel público apto a abrigar sua sede.

A partir dessa iniciativa, foi identificado que o prédio atualmente ocupado pela Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) na Paraíba, situado na Rua Professor Geraldo Von Sohsten, nº 285, bairro Jaguaribe, em João Pessoa/PB, possui área útil disponível para o compartilhamento com o DSEI Potiguara. Diante disso, foram iniciadas tratativas formais, por meio do Processo SEI nº 25058.000636/2025-83, com o objetivo de viabilizar a transferência da sede administrativa para o referido imóvel, reduzindo custos com aluguel e otimizando a utilização de patrimônio público.

Contudo, a edificação encontra-se sem manutenção há alguns anos e necessita de adequações para atender às necessidades do DSEI Potiguara. A equipe técnica de engenharia do órgão realizou vistoria no local e identificou a necessidade de intervenções para redimensionamento de divisórias internas, adequação de galpões para funcionamento dos almoxarifados de medicamentos, insumos odontológicos e materiais médicos hospitalares (MMH), além da modernização das redes elétrica e lógica.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de engenharia necessários à adaptação do imóvel, possibilitando a transferência da sede administrativa do DSEI Potiguara para uma estrutura mais adequada, segura e compatível com suas demandas institucionais, promovendo ganhos operacionais e significativa economia de recursos públicos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
-------------------	-------------

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos indispensáveis para o cumprimento do objeto são:

- Definição do local de execução dos serviços, a saber: Edifício Sede da atual **Superintendência Regional da Fundação Nacional de Saúde na Paraíba - FUNASA/PB e Futuras Instalações Sede do DSEI - Potiguara**;
- Definição dos serviços a serem executados, dos materiais a serem aplicados e/ou substituídos, e equipamentos, de acordo com as determinações dos projetos, dos memoriais descritivos e das especificações técnicas a serem atendidas pela Contratada;
- Definição da metodologia executiva a ser adotada de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes;
- Definição do orçamento e do prazo de execução da obra, com detalhamento de marcos intermediários e finais das etapas, definidos no cronograma físico-financeiro da obra;
- Empresa de engenharia para execução dos serviços de construção de edificação em alvenaria com estrutura de concreto armado, conforme quantitativos previstos nos projetos;
- Certidão de registro/quitação da contratada junto ao CREA / CAU, da qual deverá constar os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Resolução 425/98 do CONFEA, artigo 4º, parágrafo único;
- Atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que a Licitante desempenhou atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação;
- Definição de cláusulas e condições para a execução dos serviços que possibilitem à contratada efetivar o planejamento para a execução dos serviços em conformidade com a logística e infraestrutura existentes no mercado, e, dessa forma, possibilitar a obtenção de preços mais competitivos para a contratação;
- Disponibilidade de veículos em número suficiente para execução dos serviços, a fim de tornar a contratação independente, ágil e eficaz, sem que haja dependência dos veículos do DSEI-POTIGUARA;
- Cumprimento rigoroso das legislações pertinentes à execução dos serviços voltadas a sustentabilidade ambiental, agilidade, economicidade e resolutividade;
- Garantia da qualidade dos serviços com disponibilidade de pessoal qualificado voltado à eficácia e eficiência dos recursos empregados;
- Aptidão frente a regularidade fiscal, econômica/contábil, trabalhista, idoneidade e social;
- Disponibilidade de capital de giro, capaz de assegurar qualquer imprevisto, por um prazo de até 90 (noventa) dias;
- Observância às exigências dos prazos e garantia dos serviços.

Somente poderão participar desta licitação empresas que sejam especializadas no ramo, legalmente constituída, que atendam às condições do Termo de Referência e seus Anexos.

Observância aos Fundamentos Legais:

- Lei nº 5.194, DE 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;
- Lei nº 6.496, DE 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;
- RDC 50, Portaria nº 04, de 28 de setembro de 2017 do Ministério da Saúde, Resolução 307/2002 do CONAMA, Decreto nº 6.949/2009;
- Lei Nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e demais legislação aplicáveis e contratos;
- Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 01, de 19 de janeiro de 2010 que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- Instrução Normativa 05, de 25 de maio de 2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a qual dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Decreto 9.507/2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Vedação de marcas ou modelos:

A experiência prévia da Administração com contratações similares não resultou em processo administrativo para vedação de determinada marca ou produto. Desta forma, não será acionado o disposto no artigo 41, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021.

Subcontratação:

Não há, a princípio, impedimento para a subcontratação de partes do objeto, tais como o fornecimento de bens específicos ou a execução de serviços com mão-de-obra especializada. As parcelas principais do objeto, que não poderão ser subcontratadas, e demais regras serão definidas no edital.

Garantia da Contratação:

Haverá a exigência de garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Vistoria:

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é relevante para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado. Entretanto, nos termos da Lei, poderá ser apresentada declaração de conhecimento, conforme modelo disponibilizado no edital.

4.1. Requisitos e Critérios de Sustentabilidade

Em observância aos termos do art. 4º do Decreto nº 7.746/2012, seguindo as diretrizes de sustentabilidade; em consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, em cumprimento aos termos do art. 5º e 11º inciso IV e parágrafo único, da Lei 14.133/21, as especificações e demais exigências para contratação de obras e serviços de engenharia devem ser elaborados visando a economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, de modo que, a contratada deverá, diante da viabilidade, adotar critérios e práticas de sustentabilidade na licitação, como:

I – baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; (Nova redação Decreto nº 9.178/2017);

II. – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

III. – que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

IV. – que os bens apresentem os laudos de análise comprovados como indicativo de controle de qualidade;

V. – que os bens apresentem o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF IBAMA (Anexo VIII da Lei nº 6893, de 1981). Podendo ser dispensado àqueles itens que não há necessidade do referido Cadastro, devendo ser comprovado;

VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e

VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.” (NR)

Destaca-se ainda:

IX - Deve ser priorizado o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas.

X - O Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil - PGRCC, nas condições determinadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, através da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, deverá ser estruturado em conformidade com o modelo especificado pelos órgãos competentes. Nos termos dos artigos 3º e 10º da referida Resolução, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;

- resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

- resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

- resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

Destaca-se ainda:

XI - Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

XII - Os instrumentos convocatórios e contratos de obras e serviços de engenharia deverão exigir o uso obrigatório de agregados reciclados nas obras contratadas, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, bem como o fiel cumprimento do PGRCC, sob pena de multa, estabelecendo, para efeitos de fiscalização, que todos os resíduos removidos deverão estar acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR Nº 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004, disponibilizando campo específico na planilha de composição dos custos.

XIII - No projeto executivo para contratação de obras e serviços de engenharia, devem ser observadas as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO e as normas ISO nº 14.000 da Organização Internacional para a Padronização (International Organization for Standardization).

XIV - Quando a contratação envolver a utilização de bens e a empresa for detentora da norma ISO14000, o instrumento convocatório, além de estabelecer diretrizes sobre a área de gestão ambiental dentro de empresas de bens, deverá exigir a comprovação de que o licitante adota práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

5. Levantamento de Mercado

Por se tratar de uma obra de engenharia, tem se visto várias práticas de mercado que vem sendo utilizadas no planejamento da execução, as quais compreendem desde a separação do objeto em etapas divisíveis tecnicamente, com múltiplas contratações, até a contratação integrada a qual compreende, por meio de um único contratado, desde a elaboração da solução e dos projetos executivos até a entrega do objeto à entidade demandante.

Nesse contexto, a depender da escala do projeto e do tipo de obra, é possível fazer também múltiplas contratações, compreendendo a aquisição de materiais de construção e demais insumos, contratação do fornecimento de serviços, de mão de obra específica, de locação de equipamentos e até a contratação de consultoria que venha a desempenhar papel de gerencial.

Já em projetos mais complexos onde são verificadas diversas soluções de engenharia num mesmo empreendimento, tem se verificado práticas de mercado onde são contratadas empresas específicas: para execução de fundações, para fornecimento e montagem de estruturas pré-fabricadas ou pré-moldadas, para fornecer e montar estruturas em aço (metálicas), para realizar as instalações prediais, para realizar o gerenciamento das obras, para realizar o acompanhamento tecnológico do empreendimento, entre outras demandas.

Notadamente, a definição da metodologia a ser escolhida leva em consideração a magnitude do projeto, com vistas a obter ganhos de escala e de produtividade com as aquisições em separado, que naturalmente estarão relacionadas com o ninchos de mercado, seguindo a lógica de buscar aquelas entidades que detém a expertise sobre cada tipo de solução adotada no empreendimento.

No que se refere a obras de engenharia onde são observados, por meio da Curva ABC, ferramenta gerencial que permite identificar os elementos de valor mais significativo numa contratação, possibilidade de ganhos substanciais com a aquisição de materiais, pode ser utilizada a metodologia da aquisição segregada visando assim ganhos de escala.

Todavia, a adoção das práticas de mercado existentes na atualidade demanda adequabilidade com o que se pretende realizar ou adquirir, observando as possíveis vantagens, bem como as desvantagens na adoção dessas práticas.

Um exemplo disso reside na compatibilização de aquisições em separado de materiais e da mão de obra em projetos de menor porte, como o caso em tela. Compreende-se que a possibilidade de haver um descompasso entre as aquisições em separado podem inviabilizar a execução como um todo.

No que tange a execução propriamente dita, podemos considerar duas formas, sendo a primeira compreendendo a aquisição dos materiais cuja aplicação se daria por meio da utilização de mão de obra própria. Entretanto, essa alternativa possui como desvantagem o fato da administração não dispor de mão de obra própria, tanto em quantidade, como também com expertise para fazer face as necessidade de um projeto desse porte.

A segunda alternativa estudada, que vem sendo utilizada na maioria dos casos que se assemelham ao desafio posto no presente estudo, seria a contratação indireta de entidade privada com expertise comprovada, a qual ficaria incumbida de executar todo o escopo. Nesse caso, caberá à administração as etapas de planejamento e fiscalização da execução, responsabilidades essas já experienciadas pelo órgão em contratações correlatas.

A escolha pela execução indireta destaca-se tanto no ponto de vista técnico e operacional, em função da transferência para a iniciativa privada de um segmento caracterizado tanto pela alta demanda de execução organização operacional, quanto em termos de redução de custos diretos, uma vez que o DSEI/POTIGUARA não dispõe de mão de obra técnica executiva para esse tipo de serviço, tampouco dos equipamentos e materiais necessários.

Conforme disposto no art. 9º, Inciso III, da Instrução Normativa nº 58/2022 e Art. 18, § 1º, inciso V, da Lei nº 14.133 (2021), em análise do contexto de mercado, habilitam-se as empresas de engenharia, construtoras e similares, com o devido Acervo Técnico, apresentando as qualificações técnico-operacionais e técnico-profissionais cuja exigência encontra amparo na Súmula TCU nº 263 e na Lei. Estes requisitos não limitam a participação de concorrentes a ponto de o mercado tornar-se restrito.

a. 1. Inscrição da licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais), ou ainda em mais de um deles, no caso de equipe multidisciplinar ou de as competências exigidas serem comuns a mais de uma das profissões.

b. 2. Serviços de maior relevância técnica observados no escopo.

6. Descrição da solução como um todo

A escolha pela execução indireta destaca-se tanto no ponto de vista técnico e operacional, em função da transferência para a iniciativa privada de um segmento caracterizado tanto pela alta demanda de execução organização operacional, quanto em termos de redução de custos diretos, uma vez que o DSEI/POTIGUARA não dispõe de mão de obra técnica executiva para esse tipo de serviço, tampouco dos equipamentos e materiais necessários.

Outro aspecto relevante refere-se às orientações do tipo de regime a ser aplicável, bem como da utilização de benefícios e despesas indiretas considerando as especificidades do objeto, e que passamos a conceituar, tendo como base o Manual de Obras e Serviços de Engenharia – Fundamentos da Licitação e Contratação, que define:

“Empreitada é a denominação utilizada para a execução de contrato de obra ou de serviço de engenharia. E pode ser dividido em Empreitada por Preço Global, Empreitada Integral e Empreitada por Preço Unitário. Distingue-se do regime de tarefa porque não há uma preponderância da utilização de mão de obra, mas a conjugação de bens e atividades que se destinam a obtenção de uma utilidade.”

"Empreitada por preço global é o modo de contratação do Empreitada por preço global serviço ou obra de engenharia no qual a execução do contrato, ainda que dividido em etapas, se dá com a entrega de todos os itens e características que compõem o seu objeto, que estão incluídos detalhadamente no preço total da avença, cujo principal efeito é a transferência dos riscos do valor total do empreendimento à empresa contratada, que é obrigada a incluir em sua proposta todos os valores e itens necessários à execução global do ajuste."

“Empreitada por preço unitário, destina-se aos empreendimentos que devam ser realizados em quantidade e podem ser mensurados por unidades de medida, cujo valor total do contrato é o resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade e tipos de unidades contratadas. Portanto, é especialmente aplicável aos contratos que podem ser divididos em unidades autônomas independentes que compõem o objeto integral pretendido pela Administração.”

A escolha do regime por empreitada por preço unitário, é a melhor opção, por se tratar de reforma de edificações, que está sujeito a variações, especialmente nos quantitativos, por fatores supervenientes ou não totalmente conhecidos na fase de planejamento, em face da imprecisão inerente à própria natureza do objeto.

A solução como um todo consiste na contratação de empresa especializada para a execução de serviços de engenharia, incluindo fornecimento de materiais e mão de obra, visando à realização de adequações prediais no bloco administrativo e nos almoxarifados da Sede do Distrito Sanitário Especial Indígena Potiguara (DSEI Potiguara). A contratação será realizada por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, adotando-se o regime de empreitada por preço unitário, conforme os requisitos técnicos e diretrizes estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) e demais documentos que integram o processo.

As intervenções compreendem a execução de serviços de engenharia para adequações prediais no bloco administrativo e nos almoxarifados da Sede do DSEI Potiguara. Os serviços serão realizados com base em levantamento técnico prévio, visando melhorar a infraestrutura existente, garantir melhores condições de trabalho às equipes administrativas e assegurar a adequada armazenagem e organização dos insumos e materiais utilizados no atendimento à saúde indígena.

Essas adequações buscam atender aos princípios da eficiência administrativa, segurança, salubridade e funcionalidade dos espaços, observando as normas técnicas aplicáveis, bem como diretrizes de acessibilidade e segurança do trabalho.

Os serviços serão realizados no prédio atualmente ocupado pela Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) na Paraíba, situado na Rua Professor Geraldo Von Sohsten, nº 285, bairro Jaguaribe, em João Pessoa/PB. A localização estratégica da sede permite centralizar a coordenação das ações de saúde indígena nos territórios atendidos, o que reforça a importância da sua manutenção adequada para o pleno funcionamento das atividades institucionais.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base nas necessidades identificadas pela equipe técnica do setor, a partir da análise de levantamento técnico local, do projeto básico, memorial descritivo e planilha orçamentária. Essa estimativa considerou dados extraídos da Planilha de Composições de Custos Unitários da SINAPI, bem como informações obtidas por meio de pesquisas de preços atualizadas, respeitando as especificidades de cada tipo de serviço a ser executado.

Por se tratar de uma **reforma de edificações**, envolve a composição de diversos itens, descritos detalhadamente no orçamento sintético analítico. Esses itens foram analisados conforme os memoriais descritivos e a planilha orçamentária, onde a quantidade estimada dessa contratação está apresentada na tabela a seguir:

Item	Descrição	Unidade de medida	CATSER	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
	Contratação de empresa especializada para realização de adequações prediais					

1	do bloco administrativo e dos almoxarifados na Sede do Distrito Sanitário Especial Indígena Potiguará, localizada no município de João Pessoa /PB.	unidade	1627	01	R\$ 178.066,06	R\$ 178.066,06
---	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------	------	----	----------------	----------------

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 178.066,06

A metodologia adotada para a pesquisa de preços utilizou o software de orçamentação ORÇAFASCIO, que conta com um banco de dados integrado a diversas bases de preços disponibilizadas por órgãos oficiais, como a Caixa Econômica Federal, entre outras referências nacionais. Para a composição dos preços dos serviços de engenharia, foi utilizada como fonte a tabela do SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), tabela publicada referente 12/2025, considerando valores não desonerados.

Considerando que, em alguns poucos itens, não foi possível a estimativa do valor unitário por meio de utilização de Tabelas SINAPI, portanto, para a definição do valor unitário estimado foram utilizadas composições próprias, por meio de consultas as Tabelas SBC (01/2026) e ORSE (11/2025).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando que o objeto do presente processo refere-se à prestação de serviços de forma integrada, não se identifica a possibilidade de parcelamento, uma vez que a divisão comprometeria tanto a economicidade quanto a viabilidade da contratação. Ressalta-se que a contratação abrange exclusivamente a execução dos serviços, sem previsão de fornecimento isolado de materiais e/ou equipamentos e que a divisibilidade dos serviços formalizados em contratos com empresas distintas traria perda da economia de escala, e desvantagem à administração, sendo portanto, tecnicamente inviável.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A pretendida contratação está em consonância com o instrumento de planejamento estratégico da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), previsto no Planejamento Anual de Contratações - PAC 2026, conforme Documento de Formalização da Demanda nº 116/2025.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A proposta de contratação apresentada neste estudo técnico visa promover adequações na edificação destinada à sede do DSEI Potiguará, com o objetivo de garantir condições adequadas de uso aos profissionais e usuários. A solução proposta busca assegurar conforto, segurança, funcionalidade e eficiência no desempenho das atividades, atendendo aos princípios de ergonomia e regularidade no ambiente de trabalho.

A intervenção é necessária para que o espaço atenda de forma plena às demandas administrativas, técnicas e operacionais do DSEI Potiguará, permitindo o cumprimento de sua missão institucional na prestação dos serviços de atenção básica à saúde indígena. Além disso, a ampliação das áreas físicas, incluindo almoxarifados e demais dependências, contribuirá para o melhor funcionamento das atividades e o armazenamento adequado do patrimônio e acervo técnico do Distrito.

13. Providências a serem Adotadas

Não há providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Consumo de recursos naturais: a construção civil é uma das maiores consumidoras de recursos naturais, especialmente materiais como areia, pedra e madeira. O uso de materiais sustentáveis e certificados pode ajudar a mitigar esse impacto.

14.2. Poluição atmosférica: as obras geram emissões de poeira e gases de veículos e maquinário, impactando a qualidade do ar. Uso de equipamentos menos poluentes e controle rigoroso do pó são medidas recomendadas.

14.3. Geração de resíduos: A atividade de demolição parcial e substituição de elementos construtivos resultará na geração de Resíduos da Construção Civil (RCC), como restos de concreto, cerâmica, madeira, metais, gesso e plásticos. Por isso, a segregação, reciclagem e disposição adequada dos materiais são essenciais para minimizar os impactos.

14.4. Consumo de água: o alto consumo de água em canteiros de obra pode atingir reservas hídricas locais. Por esse motivo, sistemas de reuso de água e eficiência na utilização são fundamentais.

14.5. Poluição sonora: o ruído gerado pela construção pode ser significativo, afetando a comunidade local. Como solução, horários de trabalho regulados e barreiras de som podem reduzir esse impacto.

De forma a minimizar os possíveis impactos ambientais eventualmente ensejados pelas atividades inerentes ao objeto da contratação, deverão ser observados e cumpridos rigorosamente os critérios de sustentabilidade dispostos na IN nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante do exposto, com base nos estudos e análises técnicas realizadas, e considerando a atual realidade das condições de prestação dos serviços na atual sede do Distrito Sanitário Especial Indígena Potiguara (DSEI Potiguara), a equipe manifesta-se favorável à adequações prediais do bloco administrativo e dos almoxarifados na nova sede.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WALCIMAR SILVA DE SOUZA

Chefe substituto no SESANI - Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 26/01/2026 às 13:35:58.

TATIANA RODRIGUES FONSECA

Engenheira Civil no SESANI - Membro da Equipe de Apoio ao Planejamento da Contratação

KELLINE MUNIZ VIEIRA

Técnica em edificações no SESANI - Membro da Equipe de Apoio ao Planejamento da Contratação